

ENTREVISTA

Armando Boito

NEODESENVOLVIMENTISMO IMPLODE, MAS GOVERNO TEMER SEGUIRÁ INSTÁVEL

Daniel Garcia



“A crise política entrou em nova fase, devido a deslocamentos nos conflitos e alianças entre as classes sociais”, avalia o professor Armando Boito, da Unicamp. “O elemento mais importante, que melhor caracteriza essa nova etapa e pode explicar a instabilidade do governo interino, é a decepção da base de massa da campanha pelo *impeachment* com a equipe governamental de Temer”. Assim, “a frente neoliberal ortodoxa está perdendo o apoio da alta classe média desde a ascensão de Temer”.

A explicação, diz Boito — que já em abril, em debate na USP, denunciava o “golpe de Estado em curso no Brasil” (*Informativo Adusp* 416, p. 2) — é que a campanha do *impeachment* teve e tem como tema central a corrupção, de modo que uma parte da classe média, bem como os setores populares atraídos por ela, acreditavam que o governo Temer seria “honesto”. Ilusão logo desfeita pelo noticiário policial e judicial relacionado aos novos ministros e ao próprio presidente interino.

Nesta entrevista, o professor titular de Ciência Política atribui os abalos sofridos pelo projeto neodesenvolvimentista à implosão da sua base social: “O neodesenvolvimentismo entrou em crise porque, como toda política econômica, social, externa ou cultural, ele depende de uma base social interessada em mantê-la e capaz de se impor aos interesses contrariados por tal política. Essas condições deixaram de existir”. O neodesenvolvimentismo, observa, teve seu auge entre 2006, ao final da chamada “Crise do Mensalão”, e 2013, quando o crescimento econômico entrou em declínio e iniciou-se uma ofensiva política restauradora do campo neoliberal ortodoxo. A crise atual, que se estende ao Partido dos Trabalhadores (PT), não oferece muitas chances de sobrevivência.

“A defecção de grande parte da burguesia interna, a prisão de quase todo o segmento da construção civil pesada e a guerra econômica contra as grandes construtoras reduziram muito a força do neodesenvolvimentismo. A queda do preço das *commodities*, a recessão mundial, tudo conspira contra”, assinala Boito. “O instrumento político da frente neodesenvolvimentista, que é o PT, está em crise. Se confirmada a deposição de Dilma, deverá sofrer muitas defecções”.

Contudo, adverte ele, reviravoltas não podem ser descartadas. “O governo Temer pode vir a definhar e um novo governo petista surgir em 2018 — ou mesmo um governo neodesenvolvimentista que não seja do PT, projeto que Ciro Gomes parece acalentar. Seja como for, penso que o movimento popular deve trabalhar no sentido de compor uma frente e um programa que, sem descartar todo e qualquer acordo com setores burgueses, abra mais espaço para as classes populares, estabelecendo objetivos mais ambiciosos, como a regulamentação democrática da mídia, a reforma do sistema político, a reforma agrária, uma reforma tributária que onere o capital e os ricos”.

Na opinião do professor, a proposta de nova eleição presidencial, defendida por alguns setores da esquerda, representa uma inaceitável concessão aos golpistas.

Boito é editor da revista *Crítica Marxista*. Publicou, entre outros livros, *O Golpe de 1954: a burguesia contra o populismo* (Editora Brasiliense, 1982), *O sindicalismo de Estado no Brasil — uma análise crítica da estrutura sindical* (Editoras Hucitec e Unicamp, 1991), *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (Editora Xamã, 1999), *O Sindicalismo na política brasileira* (Editora IFCH-Unicamp, 2005) e *Estado, política e classes sociais* (Editora da Unesp, 2007). Coorganizou a coletânea *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000* (Alameda Editorial, 2012). Esta entrevista foi concedida, no início de junho, ao jornalista **Amaro Augusto Dornelles**.

Revista Adusp. Em sua avaliação, o que podemos entender comparando os processos de *impeachment* de Collor e o de Dilma Rousseff em andamento?

ARMANDO BOITO. São movimentos opostos. O impedimento de Collor foi um movimento progressista e politicamente difuso, multifacetário. Já o de Dilma é um movimento reacionário, politicamente muito bem definido. O fato de a campanha contra a Dilma ter sido mais politizada explica, em parte, uma terceira diferença: o *impeachment* atual está levando a uma ruptura política, enquanto o de 1992 mal representou ligeira descontinuidade. Deixo de lado nessa comparação o fato, bastante e corretamente destacado, de o *impeachment* de Collor ter sido baseado em crime comprovado de responsabilidade, enquanto o de Dilma está se processando sem base jurídica.

Collor suscitou muita resistência progressista a medidas reacionárias. Principalmente às primeiras medidas para transitar do modelo capitalista desenvolvimentista para o capitalista neoliberal. O objetivo era substituir a fórmula baseada na proteção do mercado interno — no papel do Estado como promotor do crescimento econômico, nas empresas estatais, na legislação protetora do trabalho herdada do varguismo — e colocar em seu lugar um outro, que abrisse a economia brasileira. E que promovesse a privatização, favorecesse ainda mais os investimentos privados, principalmente estrangeiros, e desregulamentasse as relações de trabalho. Essa plataforma variada e abrangente susci-

tou descontentamento em diversas classes, frações de classe e camadas sociais. Formou-se uma espécie de frente contra o governo.

Revista Adusp. Onde entra a corrupção nessa análise?

BOITO. A descoberta da corrupção, do esquema PC Farias, e o envolvimento do presidente da República no esquema foram o mote da luta pelo *impeachment*. No presidencialismo, só se pode depor o chefe de governo por crime de responsabilidade. Logo, o próprio processo de *impeachment* estimula o realce das questões morais e criminais em detrimento da polêmica em torno de programas políticos. O combate à corrupção praticamente ocultou os motivos sociais e econômicos que levaram operários, trabalhadores de classe média, estudantes e, já no final do processo, também empresários a se levantarem contra Collor.

No caso do governo Dilma, ele suscitou resistências reacionárias a medidas progressistas. Na esteira do que vinham fazendo os governos anteriores do PT, o governo Dilma procurava favorecer — em detrimento de interesses do capital estrangeiro — as grandes empresas nacionais. Inclusive as estatais. Favorecer também, ainda que secundariamente, setores populares. Sua política econômica neodesenvolvimentista, a política social superficialmente distributivista, a política externa de aproximação com os países do Sul e a política cultural e de cidadania mais favorável aos movimentos negro, feminista e LGBT suscitaram a reação das classes e

frações de classes conservadoras. Essa reação foi mais politizada.

Embora a corrupção tenha ocupado um lugar de destaque — afinal, trata-se de uma exigência tanto do processo de deposição do chefe de governo no presidencialismo quanto da necessidade de universalizar interesses particularistas — as demandas políticas da oposição foram mais explícitas do que ocorrera em 1992. A exigência dos golpistas pelo retorno ao neoliberalismo puro e duro foi clara: ajuste fiscal mais pesado do que aquele que a própria Dilma já vinha fazendo, redução ou fim dos programas sociais, mudança na política externa de maneira a voltar ao alinhamento passivo com os Estados Unidos, retrocesso na política cultural e de cidadania voltada para mulheres e minorias sexuais.

A política de proteção a empresas nacionais e de aproximação com países do Sul sempre foi alvo de críticas e da oposição do capital internacional. A política social era alvo de crítica de boa parte da burguesia e também de setores da classe média

Revista Adusp. Por que a política neodesenvolvimentista entrou em crise?

BOITO. Não foi devido ao fato de Aécio Neves não saber perder. Tampouco o resultado de uma ação perversa e imoral do presidente da Câmara dos Deputados, o “suíço” Eduardo Cunha. Nenhum político profissional tem tanta força assim. Também não foi o resultado mecânico do prolongamento da crise do capitalismo mundial. Essa crise repercutiu no Brasil, mas com uma profundidade e



Daniel Garcia

crescimento das contradições na frente política que sustentava o neodesenvolvimentismo. As exigências do movimento sindical vinham crescendo significativamente. E abalavam o apoio das empresas nacionais, à época beneficiadas pela proteção governamental. Jovens de baixa classe média, os estudantes-trabalhadores — finalmente presentes na universidade graças às medidas demo-

cratizantes do neodesenvolvimentismo — frustram-se ao extremo. Esse contingente não encontrou no mercado de trabalho os empregos qualificados e bem remunerados a que imaginaram ter acesso a partir do diploma universitário. Tal insatisfação dos próprios beneficiados pelo neodesenvolvimentismo eclodiu nas manifestações de junho de 2013.

um perfil definidos pelas condições internas da economia brasileira. O neodesenvolvimentismo entrou em crise porque, como toda política econômica, social, externa e cultural, ele depende de uma base social interessada em mantê-la e capaz de se impor aos interesses contrariados por tal política. Essas condições deixaram de existir. O neodesenvolvimentismo teve seu auge entre 2006, quando terminou a chamada “Crise do Mensalão”, e 2013, quando o crescimento econômico entrou em declínio e teve início uma ofensiva política restauradora do campo neoliberal ortodoxo. Foram contradições presentes no processo político brasileiro, contradições presentes desde o início do período neodesenvolvimentista e também contradições criadas por essa política ela própria, que geraram a sua crise.

Contradições de classe que estão subjacentes ao processo político que observamos nos partidos, no par-

lamentamento e nas demais instituições, assim como nos ramos do aparelho de Estado. A política de proteção a empresas nacionais e de aproximação com os países do Sul sempre foi alvo de críticas e da oposição do capital internacional, da fração da burguesia brasileira integrada a esse capital e dos próprios Estados imperialistas. A política social era alvo de crítica de boa parte da burguesia e também de setores da classe média, principalmente da camada superior dessa classe social. Quando o crescimento econômico caiu, essa oposição levantou a cabeça. Saiu da defensiva. Fernando Henrique Cardoso — desprestigiado a ponto de ser evitado pelo candidato José Serra na campanha eleitoral 2010 — voltou a ocupar a boca da cena. Foi uma estrela proeminente na campanha de Aécio Neves em 2014. A correlação de forças mudara.

Tal ofensiva contou, para a infelicidade do governo Dilma, com o

cratizantes do neodesenvolvimentismo — frustram-se ao extremo. Esse contingente não encontrou no mercado de trabalho os empregos qualificados e bem remunerados a que imaginaram ter acesso a partir do diploma universitário. Tal insatisfação dos próprios beneficiados pelo neodesenvolvimentismo eclodiu nas manifestações de junho de 2013.

O empresariado do setor sucroalcooleiro, que crescera muito nos governos do PT, vinha perdendo com o deslocamento da política energética para o Pré-Sal. A frente neodesenvolvimentista encontrava-se, portanto, num momento vulnerável. Em 2015, tivemos um salto de qualidade representado por dois acontecimentos. A alta classe média emergiu abruptamente como força social autônoma no processo político por intermédio de grandes manifestações de rua, e importantes associações empresariais — até então ativas apoiadoras

dos governos petistas — passaram para a oposição.

A Fiesp, que defendeu o governo Lula em 2005, na “Crise do Mensalão”, perfilou na vanguarda do golpe parlamentar em 2016. Episódios como os citados desequilibram a relação de forças. A Operação Lava Jato passou a funcionar como uma espécie de partido da classe média e a agitação seletiva em torno da corrupção fez o resto, atraindo para a oposição ao governo, inclusive, setores populares. No meio operário, a Força Sindical afastou-se de Dilma, na base partidária o PSB passou para a oposição e o PMDB rachou. O recuo passivo do governo Dilma diante da ofensiva restauradora do neoliberalismo, isto é, sua decisão de aplicar um ajuste fiscal pesado, estremeceu sua base de apoio e o governo isolou-se.

Motivos não faltavam para o imperialismo agir. Sabe-se que MBL e Vem pra Rua receberam apoio financeiro de grupos econômicos estadunidenses. O embaixador na OEA tomou a defesa do governo Temer e barrou uma moção de censura

BOITO. Esse é um ponto da maior importância e que precisa ser pesquisado com tempo e profundidade. Claro que a documentação que interessa ainda é segredo de Estado. Mas é bom recordar que só recentemente viemos a conhecer o protagonismo dos EUA na derrubada da democracia brasileira no golpe de 1964. Porém, já há elementos para apontar certos fatos, mesmo no calor dos acontecimentos. A política externa dos governos do PT desagradava os EUA. O alinhamento passivo dos governos FHC fora substituído por uma política externa de aproximação com os países do Sul. O governo Lula retirou do Congresso o projeto de lei do governo FHC que cedia a Base de Alcântara aos EUA.

As quatro gestões consecutivas do PT deram cobertura política e diplomática aos governos de esquerda da América Latina: Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador. O governo Lula intercedeu pelo Irã contra a orientação do governo dos EUA na questão do controle das armas nucleares. A descoberta do Pré-Sal aumentou a importância (e a cobiça) do imperialismo estadunidense em relação ao controle da política brasileira. E justamente no governo Dilma consolidou-se o grupo dos BRICS. Foi criado o banco de investimento dos BRICS. Mais ainda: estava em curso o plano de criação de uma moeda internacional para o comércio entre esses países. Enfim, motivos não faltavam para o imperialismo agir.

Agii? Como? O tempo nos mostrará. Porém, sabe-se que os movimentos que organizaram as mani-

festações de rua pelo *impeachment*, como o MBL [Movimento Brasil Livre] e o Vem pra Rua, receberam apoio financeiro e treinamento de grupos econômicos estadunidenses ligados à exploração do petróleo. A embaixadora estadunidense no Brasil era, até há pouco, a mesma diplomata que servia no Paraguai quando da deposição do presidente [Fernando] Lugo. Cabe lembrar também o importante episódio em que o embaixador estadunidense na OEA [Organização dos Estados Americanos] tomou a defesa do governo interino de Temer e barrou uma moção de censura que fora proposta.

Revista Adusp. O governo interino de Michel Temer pode se tornar definitivo? O Senado deve converter o afastamento de Dilma em deposição, no julgamento do mérito do *impeachment*?

BOITO. É o mais provável. Mas isso não é seguro. Nos últimos dias, o governo interino e a grande imprensa dão sinais de preocupação com a votação do Senado. O que está acontecendo? A crise política entrou em nova fase devido a deslocamentos nos conflitos e alianças entre as classes sociais.

O governo interino tem força. Apresentou um programa que agrada ao capital internacional, à fração burguesa que sempre se opôs ao PT e também à grande parte da burguesia que apoiava os governos petistas. A política externa anunciada por José Serra é música para os ouvidos do imperialismo: agressões verbais aos países latino-americanos, promessa de priorizar acordos

Revista Adusp. Qual foi o papel dos EUA na crise política?



bilaterais com os países imperialistas, ataques ao Mercosul. A coisa foi tão longe que até a burguesia brasileira assustou-se. E José Serra foi obrigado a sair remendando seus documentos e declarações. A política econômica é um ajuste fiscal pesado, favorável ao rentismo, ao capital estrangeiro, e à privatização. A política social, como vimos pela “Super DRU” que acaba de ser aprovada no Congresso, é de redução dos programas sociais. Porém, é evidente que o governo apresenta debilidades, mostra-se vacilante, avança e recua. Por que?

Penso que devido a dois motivos.

A reação popular ao afastamento de Dilma existe e tem um papel importante, embora ela não tenha sido muito forte até aqui e não recebe da mídia a cobertura que mereceria receber. Os trabalhadores da massa marginal, que foram os beneficiários dos programas sociais — Bolsa Família, Mais Médicos, Luz Para Todos, Pronatec — permanecem dispersos e politicamente passivos. Não foram organizados como base de sustentação dos governos petistas. Tinham com tais governos uma relação populista:

esperavam iniciativas do alto para a solução dos seus problemas. Não contam com as próprias forças, imaginam que o governo tudo pode e não têm consciência de que, na crise, o governo é que depende deles. A relação do sindicalismo, dos sem-terra e dos sem-teto com o governo estava abalada devido ao recuo passivo de Dilma que assumiu, com o Joaquim Levy, boa parte do ajuste neoliberal. As manifestações que ocorreram são importantes, estão criando problemas para o governo Temer e poderão crescer muito, embora a política do

segundo mandato Dilma esteja dificultando a mobilização.

Revista Adusp. Tinhas falado em uma nova fase da crise política.

BOITO. Sim, o elemento mais importante, que melhor caracteriza essa nova etapa e que pode explicar a instabilidade do governo interino, é a decepção da base de massa da campanha pelo *impeachment* com a equipe governamental de Temer. Esse é um ponto que tem escapado aos observadores. Do mesmo modo que a frente neodesenvolvimentista rachou com a defecção de grande parte da burguesia brasileira, a frente neoliberal ortodoxa está perdendo o apoio da alta classe média desde a ascensão de Temer. Entramos numa fase nova da crise política. A campanha do *impeachment* teve como tema central a corrupção. É verdade que fez-se muita agitação em torno da crise econômica, fez-se a crítica à política neodesenvolvimentista, apresentada como endividamento irresponsável e fator de inflação. Mas o combate, suposto ou real, contra a corrupção teve um papel importante.

Parte da classe média acreditava, de fato, que, além de mudar a política social do PT, o novo governo seria um “governo honesto”. Os setores populares neutralizados ou atraídos para o campo do golpe supunham o mesmo. E mais: parte do Ministério Público, do Judiciário e da Polícia Federal não esperava outra coisa. Estamos vendo que as investigações e pedidos de prisão não cessaram. Rodrigo Janot acaba de pedir a prisão dos senadores Romero Jucá e Renan Calheiros,

do deputado Eduardo Cunha e do ex-presidente Sarney. Muitos observadores, inclusive no campo da esquerda, não esperavam por isso. Imaginavam que, Dilma afastada, só ficaria faltando tornar Lula inelegível. Não é o que estamos vendo agora.

A classe média mobilizada está insatisfeita com o governo Temer, composto por citados, denunciados, investigados e condenados pela Justiça, a começar pelo chefe, Michel Temer, inelegível em decorrência de condenação pela Justiça Eleitoral. O “partido político” dessa classe média, a Lava Jato, dá mostras de que não vai parar as investigações. Se a caravana continuar nesse rumo, poderemos dizer que a força dirigente do golpe — os políticos profissionais da burguesia — perdeu o controle sobre a força auxiliar, no caso, burocratas do Judiciário ligados à alta classe média. Temer resistirá? É a luta que vai decidir.

Boa parte dos tucanos apoia a contragosto o governo Temer. São as circunstâncias do processo. Um colega afirmou que o PSDB está preso à maldição da UDN: derruba governos, mas não logra assumir em seu lugar

Revista Adusp. Quais “políticos profissionais da burguesia”? Parece

que há dificuldades entre o PSDB e o PMDB.

BOITO. Tem razão. Na primeira etapa da crise, era o PSDB que comandava o processo. O objetivo era conquistar a adesão do PMDB. Agora, quem comanda é o PMDB. Boa parte dos tucanos apoia a contragosto o governo Temer. São as circunstâncias do processo. Um colega afirmou que o PSDB está preso à maldição da UDN: derruba governos, mas não logra assumir em seu lugar.

Revista Adusp. A direita atual é nova ou mera continuidade do que já conhecemos?

BOITO. No que diz respeito às classes sociais que a integram há grande semelhança: Estados imperialistas, capital estrangeiro, empresariado nacional integrado ao imperialismo e alta classe média também eram as forças sociais do golpe de 1964. A grande imprensa também teve, nos dois casos, papel ativo. Mas a situação histórica é outra. Naquela época o discurso católico e anticomunista foi muito importante. Hoje, a religião tem papel menor na mobilização de rua e os neopentecostais são mais ativos no movimento golpista no Congresso que os católicos. O anticomunismo foi substituído pelo antibolivarianismo; o perigo soviético, pelo cubano.

Revista Adusp. Pode explicar uma afirmação sua em palestra recente, “o PT plantou e as igrejas pentecostais colheram”?

BOITO. As políticas do PT não contemplaram nenhuma reforma estrutural, mas permitiram melho-

rias na condição de vida das classes populares: aumento forte do emprego, valorização do salário mínimo, programas de transferência de renda, moradia popular, quotas raciais e sociais e outras. Houve, então, um movimento de ascensão social coletiva. Contudo, nem o governo, nem o PT, fizeram a luta de ideias para mostrar à população o que permitia essa ascensão. Convém lembrar que, no início do Bolsa Família, durante o primeiro governo Lula, quem defendia que o PT ou o governo deveriam organizar e educar politicamente os beneficiários do programa foi derrotado. Pois bem, quem entrou no vácuo foram as igrejas neopentecostais. Elas ofereceram uma narrativa ideológica, ilusória, segundo a qual a ascensão coletiva, possibilitada por medidas políticas do governo, era uma ascensão individual propiciada, apenas e tão somente, pelo trabalho persistente de cada indivíduo.

É a narrativa da chamada “teologia da prosperidade” que, como se sabe, é herdeira de toda a tradição do cristianismo protestante. Isso nada mais é do que a ideologia burguesa de ascensão social individual pelo trabalho árduo, transmutada em linguagem teológica. Tudo acontece como se, de modo estranho e extravagante, a população pobre tivesse sido, na década de 1990, preguiçosa; e, na década de 2000, tivesse mudado de atitude. As igrejas neopentecostais fizeram trabalho de massa; o PT, não. O PT plantou com as políticas sociais e as igrejas colheram com a teologia da pros-

peridade. Tais igrejas cresceram muito, como se sabe. E hoje são a vanguarda na luta contra os movimentos feministas, LGBT e contra o próprio governo.

Enquanto não se abre uma situação revolucionária que permita lutarmos por um poder operário e popular, temos de lutar para fazer valer a democracia burguesa — e muitas vezes contra a própria burguesia

Revista Adusp. Esta crise representa o colapso da política neodesenvolvimentista?

BOITO. É temerário responder afirmativamente e de modo taxativo a essa questão. Significa confiar em demasia na análise prospectiva de uma crise que já nos reservou muitas surpresas. Há, de fato, elementos que evidenciam quanto será difícil a recomposição do programa neodesenvolvimentista. A defecção de grande parte da burguesia interna, a prisão de quase todo o segmento da construção civil pesada e a guerra econômica contra as grandes construtoras reduziram muito a força do neodesenvolvimentismo. A queda do preço das *commodities*, a recessão mundial, tudo isso conspira contra. O instrumento político da frente neodesenvolvimentista, que é o PT, está em crise. Se for

confirmada a deposição de Dilma, esse partido deverá sofrer muitas defecções.

Contudo, reviravoltas não podem ser descartadas. O governo Temer pode vir a definir e um novo governo petista surgir em 2018 — ou mesmo um governo neodesenvolvimentista que não seja do PT, projeto que Ciro Gomes parece acalentar. Seja como for, penso que o movimento popular deve trabalhar no sentido de compor uma frente e um programa que, sem descartar todo e qualquer acordo com setores burgueses, abra mais espaço para as classes populares, estabelecendo objetivos mais ambiciosos, como a regulamentação democrática da mídia, a reforma do sistema político, a reforma agrária, uma reforma tributária que onere o capital e os ricos e outras.

Revista Adusp. O que pensa da proposta de novas eleições para a Presidência?

BOITO. Representa uma concessão aos golpistas, uma vitória parcial para eles. Eles recusaram o resultado da eleição de 2014 e, como compensação, teriam uma nova chance. Até quando iria isso? Até eles vencerem? Ora, se uma parte da sociedade não aceita o resultado da eleição, e as forças golpistas não aceitam, a luta por nova eleição não é o caminho, mas sim obrigar que se curvem ao resultado das urnas. Enquanto não se abre uma situação revolucionária que permita lutarmos por um poder operário e popular, temos de lutar para fazer valer a democracia burguesa — e muitas vezes contra a própria burguesia.